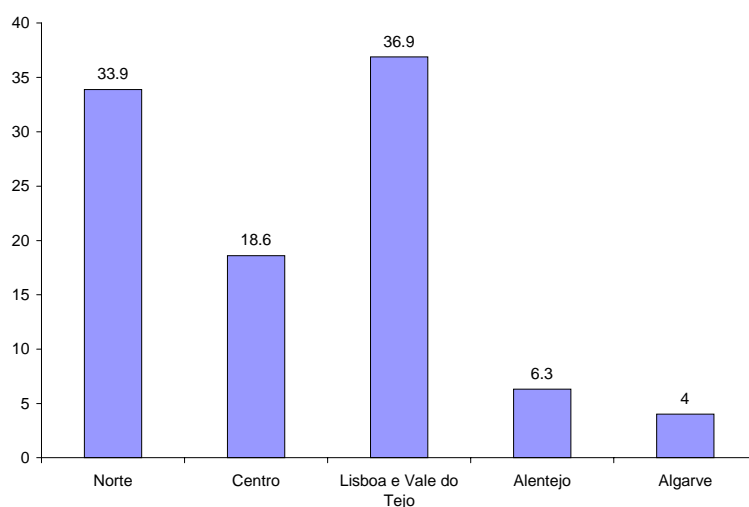


Mais de 70% dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, situam-se na região de Lisboa e Vale do Tejo e região Norte

Em 1998 havia no Continente cerca de 3,3 milhões de alojamentos clássicos ocupados como

residência habitual, distribuídos regionalmente como consta do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, por NUTS II, em % do total do Continente



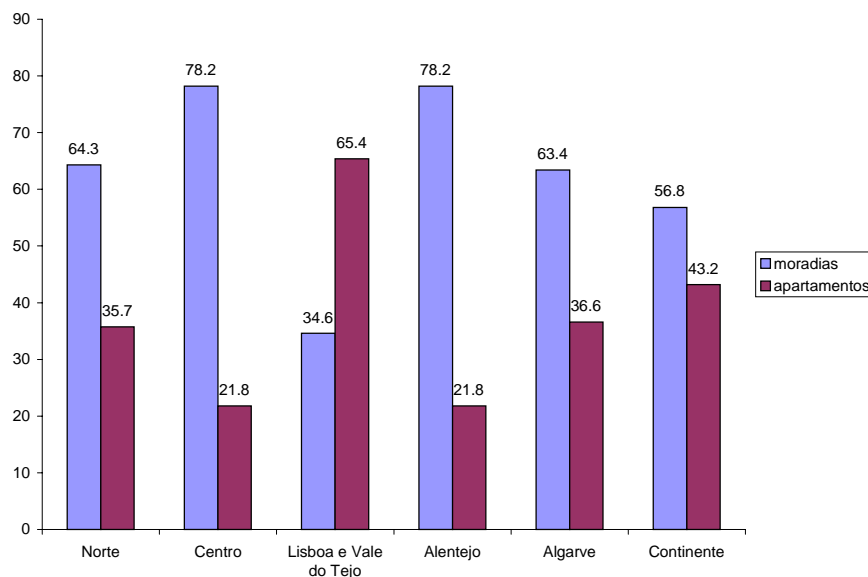
Fazendo a desagregação do parque por época de construção (Quadro 1), verifica-se que cerca de 31% do total de alojamentos no Continente terão sido construídos depois de 1980 (cerca de 10% após 1990). A distinção entre moradias e apartamentos revelou-se crucial para a caracterização do parque habitacional ocupado como residência habitual.

O peso relativo dos diferentes regimes de ocupação (casa própria vs. arrendamento) e a importância do recurso a crédito para acesso à habitação própria, por exemplo, estão fortemente associados ao tipo de edifício. O Gráfico 2 mostra o peso relativo destes dois tipos de alojamento em cada uma das NUTS II e para o Continente.

Distribuição dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual segundo a época de construção (%)

		época de construção			Total
		até 1980	1981-1990	depois de 1990	
Nuts II	Norte	65,9	22,2	11,9	100
	Centro	68,3	22,8	8,8	100
	LVT	71,7	18,4	9,9	100
	Alentejo	73,1	19,9	7,0	100
	Algarve	62,2	25,3	12,5	100
Continente		68,8	20,9	10,3	100

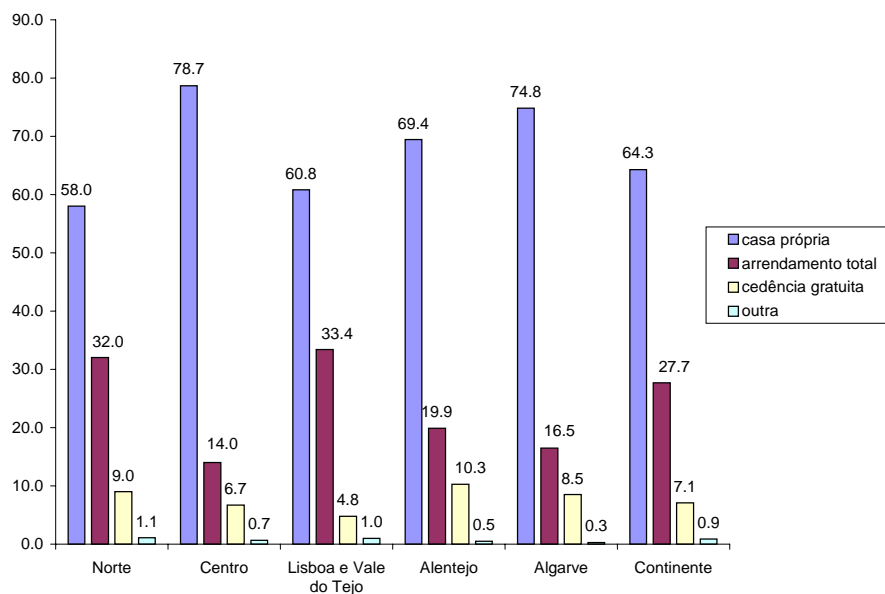
Gráfico 2 - Alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, por tipo de edifício (em %)



O peso dos apartamentos só ultrapassa o das moradas na região de Lisboa e Vale do Tejo (65,4% contra 34,6%). No Norte e no Algarve as moradas representavam, respectivamente, 64,3% e 63,4% do parque habitacional ocupado como residência

habitual, subindo estas percentagens para 78% nas regiões Centro e Alentejo. No conjunto do território continental as moradas representavam cerca de 57% do total.

Gráfico 3 - Regimes de ocupação dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, por NUTS II (%)



A habitação própria é o regime de ocupação dominante em todas as regiões do Continente. Em 1998, os alojamentos ocupados pelo seu proprietário representariam cerca de 64% do total de alojamentos clássicos ocupados como

residência habitual no território continental. O peso da ocupação própria é particularmente elevado na região Centro, 78,7%, sendo relativamente mais reduzido nas regiões do Norte, 58%, e de Lisboa e Vale do Tejo, 60,8% (Gráfico 3).

Para saber mais...

No quadro do desenvolvimento dos projectos estatísticos da área “Habitação”, o Instituto Nacional de Estatística tem vindo a realizar um sub-projecto intitulado “Características do Parque Habitacional”, cujo objectivo essencial é fornecer informação estatística de natureza estrutural sobre o parque habitacional ocupado como residência habitual, designadamente em matéria de:

- características físicas e estado de conservação dos alojamentos;
- formas de provisão e regimes de ocupação do parque habitacional ocupado como residência habitual;
- formas de financiamento do acesso à habitação própria (compra ou construção/ reconstrução) e esforço financeiro com a habitação nos diferentes regimes de ocupação; e
- percurso habitacional e mobilidade das famílias.

Algumas definições:

Arrendamento - Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um alojamento, no todo ou em parte, mediante retribuição (renda).

Edifício - Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais fogos/alojamentos) ou outros fins.

Fogo/Alojamento familiar clássico - Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou uma parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que, considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do fogo/alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Tipologia de arrendamento do edifício - Considera-se a possibilidade de o alojamento estar arrendado (mobilado ou não pelo senhorio), subarrendado ou noutra situação (cedido, porteiros, etc.).

Regime de Propriedade do Alojamento - Tipologia de entidades proprietárias do alojamento. Os alojamentos poderão ser propriedade dos seus ocupantes ou de outras entidades: particulares/empresas privadas, Estado ou instituições públicas autónomas, empresas públicas, autarquias locais, caixas e outras instituições sem fins lucrativos ou cooperativas de habitação.